

Conselho discute perspectivas das políticas de igualdade racial

(Seppir, 27/04/2016) 55ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) é realizada nos dias 27 e 28 de abril, em Brasília - DF.

Conselheiros e conselheiras nacionais de Promoção da Igualdade Racial reúnem-se nos dias 27 e 28 de abril para analisar e debater as perspectivas futuras das políticas de igualdade racial no Brasil. A atividade compõe a 55ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional da Igualdade Racial (CNPIR), realizada em Brasília - DF, na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, no auditório do Bloco A da Esplanada dos Ministérios.

Na ocasião, a ministra das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes, saudou os conselheiros e destacou a importância da sociedade civil organizada na manutenção das conquistas alcançadas e continuidade das políticas. “Estamos trabalhando pela democracia e tenho reforçado que as lutas e o papel dos movimentos sociais e conselhos são fundamentais no controle público das políticas públicas. A palavra ‘luta’ faz parte do nosso cotidiano: a luta por direitos, pela afirmação dos nossos modos de ser”, afirmou.

O secretário de Promoção da Igualdade Racial, Ronaldo Barros, vê com preocupação o atual cenário político do país em relação às políticas da pasta. “Com a ascensão de um projeto conservador de governo, as pautas da Igualdade Racial serão as primeiras a sofrer impacto”, afirmou.

Também participaram do primeiro dia da 55ª Reunião ordinária do CNPIR a senadora Regina Sousa (PT / Piauí) e o deputado Orlando Silva (PCdoB / São Paulo). Os parlamentares fizeram uma análise de conjuntura relativa à pauta racial. A senadora Regina Sousa falou sobre sua trajetória na defesa dos direitos humanos e da população negra. “Sou a única senadora

assumidamente negra. Tenho promovido no Senado Federal debates sobre a questão de gênero, a violência contra a mulher, principalmente contra a mulher negra. A luta contra o preconceito também é minha e meu gabinete está à disposição para as pautas do Conselho”, afirmou a senadora.

Já o deputado Orlando Silva enfatizou o papel do CNPIR e sua importância na garantia de direitos. “Esse Conselho não se omite na luta pela promoção da igualdade racial no Brasil. O atual momento pelo qual o país passa faz parte de uma contra-onda que vem acontecendo na América Latina, onde as elites têm se mobilizado para derrubar as conquistas das camadas historicamente oprimidas e discriminadas. Houve um esforço popular de enfrentamento a um projeto histórico e as elites não aceitam isso. Não é um fato inédito nem isolado no Brasil. As elites de nosso país não medem seus movimentos e têm um aparato de mídia gigantesco, que seleciona as pautas de seu interesse, sem nenhum compromisso com a democracia. Por isso, devemos seguir na luta, pois temos uma causa justa, um compromisso com as classes populares, com o Brasil. São nossos sonhos e objetivos que alimentam nossa luta, não nascemos dentro do governo e nem morreremos fora dele. Queremos um Brasil com dias melhores, com alegria e solidariedade, não dias de sombra e de perda de direitos”, declarou o deputado.

A programação da 55ª Reunião Ordinária do CNPIR continua nesta quinta-feira (28), com a discussão da IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, prevista para 2017, diálogo com o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Gabriel Sampaio, e com a palestra do senador Paulo Paim (PT / RS).

Sobre o CNPIR

O Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR) é um órgão colegiado, de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da Seppir. Sua principal missão é propor políticas de promoção da igualdade racial, com ênfase na população negra e outros segmentos raciais e étnicos da população brasileira. Além do combate ao racismo, o CNPIR tem por missão propor alternativas para a superação das desigualdades raciais, tanto do ponto de vista econômico quanto social, político e cultural, ampliando, assim, os processos de controle social sobre as referidas políticas.

Acesse o site de origem: [Conselho discute perspectivas das políticas de igualdade racial \(Seppir, 27/04/2016\)](#)

SEPPIR publica Relatório de Atividades do CNPIR

(SEPPIR, 20/02/2015) *O material destaca os resultados obtidos no biênio 2012 - 2014, além de mostrar detalhamentos das atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial no período*

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) divulga o Relatório de Atividades do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), referente ao biênio 2012 - 2014. A publicação destaca os resultados obtidos e os detalhes das ações desenvolvidas no período. Acesse o documento [aqui](#).

Entre as atividades que marcaram o biênio, está a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CONAPIR, realizada em novembro de 2013, em Brasília. A partir do tema “Democracia e Desenvolvimento sem racismo, por um Brasil Afirmativo”, o CNPIR participou das discussões, além de integrar o comitê de planejamento.

Durante a III CONAPIR, ocorreu o envio do projeto de lei para reserva de vagas aos negros/as nos concursos públicos federais. A proposta foi aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei n.º 12.990/14, com vigência de dez anos a partir da sua publicação.

Além disso, no decorrer da Conferência, foi assinado o Decreto n.º 8.136, de 5 de novembro de 2013, que regulamenta o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), instituído pelo Estatuto da Igualdade Racial. A ferramenta permite avanços na institucionalização das políticas de

enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial em todo país, bem como a definição de competências e responsabilidades para os entes federados participantes do sistema.

CNPIR

Órgão colegiado de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da SEPPIR, o Conselho “tem como finalidade propor, em âmbito nacional, políticas de promoção da Igualdade Racial com ênfase na população negra e outros segmentos raciais e étnicos da população brasileira”.

Além de combater o racismo, o CNPIR ainda tem por missão propor alternativas para superar as desigualdades raciais, tanto do ponto de vista econômico quanto social, político e cultural, ampliando, assim, os processos de controle social sobre as referidas políticas. O Conselho é composto por 44 membros entre integrantes de entidades da sociedade civil e representantes do Poder Público.

Acesse no site de origem: [SEPPIR publica Relatório de Atividades do CNPIR \(SEPPIR, 20/02/2015\)](#)

Movimento negro entrega sugestões de nomes para substituir Barbosa no STF

(Agência Brasil, 09/06/2014) A presidenta Dilma Rousseff recebeu nesta segunda-feira (9) uma lista com sugestões de nomes para substituir o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, que anunciou recentemente sua aposentadoria.

Durante cerimônia de sanção da lei que dispõe sobre a reserva de 20% das

vagas de concursos públicos a negros, a organização não governamental Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro) e outros membros do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Cnpir) entregaram uma carta a Dilma com a proposta.

Na carta, os signatários se dizem felizes com o critério estabelecido por Dilma de manter a vaga da ex-ministra do STF Ellen Gracie com uma mulher. Após deixar o tribunal, em 2011, Ellen Gracie foi substituída pela ministra Rosa Weber. “Por isso achamos que, com a aposentadoria do ministro Joaquim Barbosa, seja escolhido um jurista negro ou negra”, diz o documento, que acrescenta: “Isso é o verdadeiro compromisso com a inclusão e sabemos que seu governo não vai recuar”.

Segundo frei David Santos, diretor executivo da Ordem dos Frades Menores, que assina a carta pela Educafro, Dilma se mostrou aberta à proposta. “Ela assinou cotas para negros em universidades, assinou agora cotas para negros no serviço público. Se ela for coerente com todo o gesto dela, não pode colocar outra pessoa a não ser um negro nesse cargo. Se não colocar, está sendo infiel com a proposta de política dela”, opinou o frei.

Segundo ele, inicialmente nove nomes foram apresentados a Dilma. A lista tem representantes das magistraturas federal (um) e estadual (três), dos tribunais superiores (dois), das defensorias públicas (um) e da advocacia (dois).

Os nomes não foram divulgados à imprensa. De acordo com o documento, a lista inicial serve “apenas para abrir o debate” e outros nomes de pessoas negras bem preparadas academicamente poderão ser incluídos.

Apesar de presidir o Cnpir, a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência (Seppir), Luiza Bairros, disse que não tinha conhecimento da carta. “Como não tivemos nenhuma reunião recente, imagino que essa seja manifestação de alguns dos setores da sociedade civil que compõem o conselho”. A ministra disse que prefere não se manifestar sobre o assunto até receber o documento.

Acesse o site de origem: [Movimento negro entrega sugestões de nomes para](#)

[substituir Barbosa no STF](#)